



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ATA DA REUNIÃO DA CPAI

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE – TRE/MG

DATA: 7/12/2023

HORÁRIO - Início: 16h - **Término:** 19h.

LOCAL: Sala de reuniões da SGG – 9ª andar – Ed. Sede.

PAUTA: Apresentação da proposta de Diagnóstico atual da acessibilidade no TREMG e Plano de Capacitação 2024 (Prof. Helena) e CRS do Plano de Ação 2024-2026.

PARTICIPANTES:

Helena Queiroz
Lara Marina Ferreira
Rogério Tavares
Juliana Costa
Adriana Steiner
Nilma Rodrigues
Tânia Macedo

Introdução:

Lara informou que está alinhado com a Professora Helena um Plano de Curso para 2024 ajustado às diretrizes da Coordenadoria de Responsabilidade Social.

Helena pontuou que houve uma alteração significativa, mas que está de acordo e concordaram que não haverá a necessidade de alteração contratual.

Obs.: O Plano de Curso está disponibilizado no Teams, na Equipe CPAI.

- 1) **Apresentação do diagnóstico de acessibilidade:** Lara apresentou o mapeamento inicial sobre acessibilidade no TRE-MG nas Eleições. Apresentou dados gerais e a evolução dos números de total de coordenadores de acessibilidade, locais de votação com acessibilidade e outros, comparando os dados de 2020 e 2022 e trazendo o panorama de 2023, com projeções para 2024.

Dos dados apresentados, extraiu-se três conclusões:

- 1.1. É necessário ampliar o número de coordenadores de acessibilidade;
- 1.2. É necessário ampliar o número de seções com acessibilidade;
- 1.3. É necessário ampliar o número de PcD no ELO. Atualizar o cadastro.

Juliana esclareceu que, quanto aos coordenadores de acessibilidade, o TSE estipulará, para as Eleições 2024, um por local de votação. A informação foi repassada no II Encontro das CPAIs em Brasília, no dia 30/11/2023.

Nilma indagou se o total de locais informado no diagnóstico é de locais ativos, ao que Lara concluiu que sim.

O dado mais crítico, todos concordaram, é o baixo número de seções com acessibilidade, menos de 10% das seções em MG são seções cadastradas como com acessibilidade.

O projeto vistorias de locais de votação é o projeto que tem como escopo o aumento das seções com acessibilidade.

Foi lembrado por Rogério que há um projeto sobre o número de coordenadores de acessibilidade e o total de coletes necessários e, ainda, o correspondente benefício alimentação.

Adriana sugeriu que fosse adotado prêmio para ZEs que tivessem boas práticas em ações de acessibilidade.

Tânia lembrou que, em 2022, o projeto de acessibilidade da 150ª ZE, de João Monlevade foi indicado pelo NACEL/CPAI, mas não foi premiado. Porém, serviu de divulgação dessa possibilidade para as ZEs, necessitando ampliar a divulgação.

O Projeto consistiu em parceria do Cartório de João Monlevade com a Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Engenharia Civil, que acompanhou as vistorias, sugeriu adequações dos locais aos critérios de acessibilidade, dentre outras ações para a promoção da inclusão nas Eleições.

Rogério mencionou que, pelo fato de Minas Gerais ser um Estado muito extenso, os procedimentos são distintos, inclusive as vistorias dos locais de votação.

Tânia mencionou que Marcelus (SDSIS/STI) vem conversando, inclusive com a gerente do projeto vistorias, sobre a possibilidade de, por meio de pesquisa com as ZEs, extrair, por exemplo, três diferentes formas dos cartórios fazerem as vistorias. A partir desse dado, propor diferentes formas oficialmente de proceder essa vistoria, sugerindo que, onde fosse, possível, a realização das vistorias pelos responsáveis dos locais de votação, inclusive com registro fotográfico do local, a fim de suprir a impossibilidade de alguns cartórios eleitorais de fazer esse deslocamento e onde isto já acontece informalmente. Desses dados também seria possível identificar aquelas Zona Eleitorais que necessitam efetivamente de indenização para o deslocamento de servidores para realizar as vistorias. Essa ação seria posterior a reunião com os representantes dos cartórios eleitorais para melhor mapeamento das diferentes realidades no Estado.

Tânia sugeriu que tal tratativa poderia ser formalizada por meio de assinatura de Termos de Cooperação para Acessibilidade, cuja minuta já está disponível na intranet.

Houve discussões sobre o tema, mas não houve deliberações.

Deliberou-se apenas sobre a realização de reunião com os representantes dos cartórios eleitorais no final de janeiro ou início de fevereiro para ouvir o Grupo Escuta Minas sobre as vistorias.

- 2) **Proposta do Plano de Ação 2024/2026:** Lara apresentou, ainda, proposta de estrutura do PLANO DE ACESSIBILIDADE TREMG 2024-2026 (todos os arquivos disponibilizados no Teams, na Equipe CPAI) propondo a distribuição de projetos e ações realizados para a promoção da acessibilidade e inclusão no TRE-MG em Perspectiva Externa (Acessibilidade nas Eleições) e Perspectiva Interna (Pessoas com Deficiência da Justiça Eleitoral).

2.1 Perspectiva Externa – Acessibilidade nas Eleições:

Dentre os Projetos das Eleições 2024, seriam:

- 2.1.1 Coordenador de Acessibilidade;
- 2.1.2 Parcerias para a Acessibilidade;
- 2.1.3 Central das Eleições – Acessibilidade.

Dentre as ações externas, vinculadas ou não aos projetos Eleições 2024, constaram do arquivo apresentado:

- Orientar Juízos eleitorais sobre a escolha dos locais de votação;
- Apoiar os cartórios nas vistorias quanto à acessibilidade;
- Campanha Facilite seu voto;
- Divulgar dos recursos de acessibilidade das urnas eletrônicas (campanha?);
- Solicitar a elaboração de materiais informativo para as Eleições 2024;
- Acompanhar a aquisição e distribuição de fones de ouvido descartáveis;
- Publicar Comunicado e orientar cartórios sobre o Formulário de Atualização da Situação do Eleitor;
- Solicitar intérprete de libras para os eventos de Eleição (Diplomação, auditorias etc);
- Realizar rotas na região metropolitana;
- Atualizar os Novos Tempos;
- Atender chamados da Ouvidoria;
- Divulgar a Acessibilidade na Eleições na intranet e internet;
- Participar da Avaliação das Eleições.

Nilma lembrou da campanha para indicação de coordenadores de acessibilidade voluntários e informou que já há um sistema desenvolvido pela SDSIS, para o cadastramento de voluntários, a exemplo do que ocorre com os mesários voluntários.

2.2 Perspectiva Interna – Pessoas com deficiência na Justiça Eleitoral.

Dentre os Projetos a serem desenvolvidos, foram apresentados:

2.2.1 O Cadastro Inclusivo;

2.2.2 Plano de Acolhimento de servidores com deficiência;

2.2.3 Semana da Acessibilidade.

Foi lembrado o acompanhamento da adequação aos critérios de acessibilidade dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral.

Foi destacado o **Relatório de Auditoria das Políticas de Acessibilidade** deste Tribunal e as recomendações aprovadas pela Presidência desta Casa para os achados de auditoria (Processo SEI 0012785-49.2021.6.13.8000).

Quanto ao Cadastro Inclusivo, ficou deliberado que a atualização consistirá no acréscimo ao cadastro existente, daqueles servidores identificados como PCD nas Ações da Semana da Acessibilidade 2023, que manifestaram concordância com essa inclusão no referido cadastro.

3) Pendências:

3.1 Tânia vai encaminhar por e-mail as tratativas sobre a alteração do anexo da Portaria DG nº 75/2020 no SEI da CPAI, que trata da atualização dos critérios de acessibilidade dos locais de votação e da periodicidade das vistorias sob a perspectiva da acessibilidade.

3.2 Alinhamentos gerais na reunião virtual de terça-feira, dia 12 de dezembro, especialmente da apresentação do BI da SECI/SGG à Dra. Roberta, na reunião presencial de quinta-feira, dia 14 de dezembro.

Finalizadas as participações, a reunião foi encerrada.

Ata elaborada por Tânia Macedo, em 12/12/2023